

“Memórias de Lucia”: as brincadeiras nos livros escolares do Maranhão na Primeira República

Rosyane de Moraes Martins Dutra

Universidade Federal do Maranhão, Departamento de Educação I, São Luís, Maranhão, Brasil

<http://orcid.org/0000-0002-4800-7493>

Introdução

Os estudos sobre as crianças e suas brincadeiras sob a perspectiva dos autores da literatura no início do regime republicano no Brasil revelam as concepções sobre a infância e como eram pensadas a educação e as instituições escolares para as crianças pequenas nesse período. Nesta pesquisa documental, o levantamento de fontes sobre a instrução pública no Maranhão República possibilitou a análise dos discursos adultocêntricos sobre o tempo de brincar na escola nos primeiros anos do novo regime de governo (1890-1930). A presença de mulheres professoras na difusão das novas ideias sobre recreação e atividade em grupos, advindas do Sudeste, e que influenciavam as maneiras de pensar uma escola para as crianças, foi relevante por serem consideradas as defensoras de um ensino mais ativo.

O Maranhão vivia uma intensa adesão aos modelos de educação moderna europeia e cerceava as formas educativas brasileiras por meio das produções dos intelectuais, dentre eles, educadores, jornalistas, artistas e literatos. Essa presença atuante de sujeitos narradores de um fazer pedagógico mais ativo favoreceu a construção de espaços educativos coadunados com a exigência de um progresso republicano que vislumbrava um novo futuro para o atraso na formação das crianças. Frente a essa conjuntura, questiona-se: qual o contexto maranhense em relação à instrução pública no início do período republicano e como atuaram os intelectuais na divulgação de uma pedagogia moderna?

Assim, o objetivo dessa análise, realizada no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas Infância e Brincadeiras da Universidade Federal do Maranhão (GEPIB/UFMA), é identificar indícios de ludicidade nos registros realizados nos livros escolares para crianças que frequentavam as escolas de ensino primário e jardins de infância na cidade de São Luís – MA, Brasil. Os livros, escritos pela professora Rosa Castro (1871-1976) e pelo jornalista Eydher Pestana, foram publicados nos anos 1920 e 1930, e neles se ampliavam os discursos sobre a filantropia, a higiene social e a proteção da infância desvalida.

O método histórico de análise documental com as fontes literárias possibilitou destacar as categorias sobre educação e modernidade, ensino primário e brincadeiras relacionadas em meio aos registros dos autores e precursores da pedagogia republicana. Buscou-se analisar, portanto, os dados históricos sobre as concepções em torno das crianças, das limitações impostas sobre os seus brincareis e como as escolas foram moldadas para se efetivarem como espaços de enquadramento das crianças, pois o Maranhão copiara as tendências políticas e institucionais da capital federal a fim de garantir a manutenção da ordem e da nacionalização. Medidas presentes nas leis e decretos criados na Primeira República apontavam, por exemplo, a instrução pública como política importante para o processo de modernização do estado do Maranhão.

O Maranhão República, a instrução pública e a formação de uma criança ativa

O final do século XIX manifestava a ideia de que o Maranhão, a exemplo de outros estados, precisava apropriar-se do novo sentimento nacional, que se apoderava principalmente das capitais. Os estudos de Silva (2017) apontaram que não obstante a criação de leis, decretos e regulamentos, os governantes maranhenses deixaram de garantir as condições fundamentais para sua organização em relação às melhorias no ensino primário. Junto às diversas legislações para a implementação do Ensino Primário no Maranhão, notórios intelectuais buscavam se envolver com as propostas que objetivavam criar e reformular instituições para o fortalecimento de uma ideia de educação em transformação. Esses processos de reformulação não eram apenas em relação ao desenvolvimento da educação, mas também pelo cenário político, pois o ideário republicano ainda não era o movimento com maior força no estado.

A primeira reforma da instrução pública republicana no ano de 1890 estabelecia a criação de uma Escola Normal para formação de professores da escola primária, além das escolas modelares e grupos escolares, considerados templos de civilização¹, conforme análise de Souza (1998), que, em meio a discursos, arquiteturas e práticas civilizatórias, foram alicerçados como instrumentos de moralização e conformação do povo. Na fala do Diretor da Escola Normal, Barbosa de Godois, em 1910, em sua obra *O mestre e a escola*, foram identificados vestígios desses anseios nacionalistas, enfatizados por intelectuais maranhenses que muito contribuíam para a construção desse ideário.

A incongruência de abrir escolas, multiplicar-as mesmo, deixando o ensino nas torturas da rotina e com um programma que fôra o d'esses estabelecimentos da infância da instrução primaria, tornava-se mister contrapôr uma instrução que correspondesse à nossa época e à missão vasta que se destina a esses estabelecimentos na sociedade culta moderna (GODOIS, 1910, p. 4-5).

Em 1895, a Lei nº 119, de 2 de maio, reorganizava a instrução pública, abandonando as tradicionais regras imperiais e implantando novas regulações nos serviços prestados à educação das crianças e dos jovens maranhenses. Esse foi o primeiro regulamento da Instrução Pública no Maranhão, também chamada de Reforma de Benedito Leite². Essa lei obrigava a instrução das crianças entre 8 e 12 anos, porém evidenciava a exclusão das crianças doentes, pobres, com deficiência e que não possuíam as condições para usarem as vestimentas recomendadas nessas legislações. Em 1896, a Reforma Geral da Instrução Pública do estado do Maranhão, como lei que acrescenta novas regulações da instrução pública, divergia dos princípios universais de educação do povo.

1 Em sua pesquisa, Souza (1998) destaca a criação dos grupos escolares no período republicano brasileiro como um amplo projeto civilizador, com a difusão e exigência da alfabetização enquanto política necessária à consolidação do regime.

2 Benedito Pereira Leite foi diretor da instrução pública, reconhecido como político influente e grande reformador da educação no estado, pertencendo ao Partido Federalista (Conservador), que possuía forte presença nas decisões políticas desde o Império.

Art. 7º Todo o menor de oito a doze anos que residir nas cidades, vilas ou povoações, onde houver escolas públicas do Estado, será obrigatório a frequentá-la, salvo si:

a) Estiver sendo lecionado na casa da família do menor, tutor ou protetor ou estabelecimento em que trabalha;

b) For aluno de alguma escola ou estabelecimento particular ou de escola municipal.

Parágrafo único: não será obrigatório a frequentar a escola do Estado, nem tão pouco a municipal ou a particular, o menor que tiver incapacidade física ou mental, sofrer de moléstia contagiosa, ou for tão indigente que não tenha meios de preparar-se para frequentar as aulas ainda pelo modo mais modesto (MARANHÃO, 1896, p. 40).

Carvalho (2003, p. 36), ao falar de “questão nacional por excelência”, analisa que as reformas e os debates dos anos 1920 incluem uma campanha de regeneração do povo pela alfabetização. O Manifesto dos Pioneiros da Educação e as conferências pela Associação Brasileira de Educação disseminaram discursos e políticas de remodelação da instrução pública, incluindo as tendências europeias e norte-americanas, importadas em viagens pedagógicas e reconhecidas pelas exposições nacionais e internacionais. A criança passava a ser o centro das discussões na construção dos novos paradigmas para a educação nacional, como a criação das primeiras instituições para a infância, tais quais creches, institutos de assistência, patronatos, associações beneficentes, escolas maternais e jardins de infância.

A respeito da criação dessas novas instituições e das práticas médico-higienistas no Brasil para a infância degenerada paulista, bem como da influência que exerceram sobre as políticas de assistência científica nos estados federados, Kuhlmann Jr. (2010, p. 100) esclarece que “havia disputas de posições, mas não se abria mão do esforço comum em organizar uma sociedade por eles intitulada ‘moderna’. Definiam-se atribuições ao Estado e instituições próprias para esse mundo capitalista, urbano, industrial, ou nem tanto”.

No Maranhão, a criação de creches e jardins de infância era anúncio nos jornais de maior circulação e demarcava as práticas assistencialistas para as crianças no início da República.

Figura 1 - Anúncio do Instituto Rosa Nina, primeiro jardim de infância em São Luís, no jornal Pacotilha, em 1902.



Fonte: Pacotilha (1902)

A iniciativa privada pela associação multiprofissional garantia o surgimento dessas ações assistencialistas, que eram políticas de normatização do biológico, ou seja, a contenção dos desvios físicos e morais, vistos como “naturais” de classe ou “sujeira” estética (RIZZINI, 1993). Ações como a criação de maternidades, de institutos de assistência, de jardins de infância, creches, ambulatórios e hospitais infantis foram determinantes para a inserção da sociedade nos discursos higienistas de cuidado e proteção das crianças e suas mães. A defesa da filantropia como coadjuvante nesse processo influenciou as iniciativas nos estados federados, que, com discursos científicos e higienistas, implantavam práticas conformadoras dos corpos infantis considerados pelos médicos e filantropos como incapazes, doentes e incivilizados.

O método de ensino amplamente divulgado no Brasil e considerado moderno era o intuitivo, que valorizava a intuição e a aprendizagem dos conhecimentos pela observação e uso dos sentidos juntamente às pedagogias pestalozziana e froebeliana³. Estas difundiam práticas educativas próprias para as crianças nas escolas primárias e jardins de infância as quais valorizavam a utilização de recursos pedagógicos. No Maranhão, a escassez dos materiais didáticos nas escolas, produzidos em âmbito federal, limitava o trabalho a ser realizado com as crianças.

3 Essas pedagogias valorizavam o movimento do corpo como fator de formação nos primeiros anos da República. A modernidade exigia novas práticas escolares que consideravam as escolas como monumentos civilizatórios.

A nossa literatura escolar é muito pobre para lhe ministrar o de que ele precisa e, com poucas exceções, o que tem, está carecendo de uma boa revisão. É pois concludente que o professor terá que rebuscar as suas lições em livros estrangeiros, onde a instrução estiver aprimorada, e para isso lhe é indispensável tornar-se familiar aos idiomas em que tais livros foram escritos (A ESCOLA, 1909, p. 3-4).

A instrução pública pós-reformas passava a ser obrigatória, e a exigência de os pais manterem as crianças nas escolas da capital São Luís era enfatizada nos documentos e decretos estaduais para as escolas primárias, aprovadas em Congressos do estado, mas não garantia que as crianças as frequentassem devido às péssimas condições socioeconômicas que a maioria da população ludovicense vivia: sem assistência, saúde, segurança e proteção pela ausência de políticas sociais. As escolas, porém, serviam ao Estado republicano, que precisava moralizar, homogeneizar e regenerar a infância desvalida, erradicar o analfabetismo e formar cidadãos para a nação em progresso. “A eugenia era ideia corrente entre teóricos e autoridades e a ‘profilaxia social’ era praticada cotidianamente” (SANTOS, 2013, p. 118).

Segundo Tavares (2018), o ideário republicano modificaria, de certa forma, o cenário da pobreza extrema no estado do Maranhão, herdado do período imperial e intensificado nas capitais nordestinas pelo atraso no processo civilizatório. A escola primária passa a receber a atenção necessária para se firmar como modelar, inclusiva e efetivamente de escolarização das crianças pobres e livres a partir dos 7 anos. “Desse modo, ainda observamos uma certa invisibilidade no que diz respeito à produção de materiais que pudessem contribuir para uma visão mais acurada da infância [...]” (TAVARES, 2018, p. 49).

Os discursos, portanto, se voltavam para a instrução de uma infância futuro da nação, com práticas pedagógicas que ensinavam a ler, escrever e contar, além de atividades para o corpo que privilegiavam a desenvoltura, a destreza, a mobilidade e a força. Os grupos escolares, escolas-modelo⁴ e jardins de infância são criados como instituições para crianças em idade pré-escolar e escolar para atenderem o ideário nacionalista de civilização enquanto templos das novas cidades brasileiras (SOUZA, 1998). A professora Rosa Castro foi uma representante do magistério público maranhense que contribuiu para a constituição de um olhar mais ativo sobre as crianças maranhenses. Diretora e fundadora de outra escola normal no Maranhão, Rosa Castro enfrentava o conservadorismo e a supremacia masculina nas instituições de ensino e formação de professores e defendia uma instrução pública para as crianças a partir dos ecos das novas discussões sobre a atividade (MOTTA, 2008).

Em conferência intitulada *As crianças*, realizada no âmbito da Biblioteca Pública, em 4 de dezembro de 1909, a professora normalista Laura Rosa (1894-1976) anunciava a concepção sobre infância que pairava sobre a moderna pedagogia aclamada:

A criança é o symbolo da alegria e da inocência, a flôr perfumada e casta que desabrocha no seio maternal. Imaginemol-a no regaço maternal, sugando avidamente com os lábios roscos e perfumados o leite da sua progenitora; como é risonha e adorável entre as faixas singelas ou rendilhadas, cheirando á alfazema! (ROSA, 1909, p. 22).

4 A escola-modelo foi criada por Benedito Leite, o reformador da instrução pública no Maranhão, nas primeiras décadas da República. Ela seguia os moldes das escolas criadas no Sudeste e eram consideradas referências para o ensino das crianças.

As crianças, portanto, eram apresentadas como seres delicados, que necessitavam de intervenção educativa, proposta também da pedagogia froebeliana, que concebia as crianças como flores de um jardim e atribuía à família a primeira obrigação na educação das crianças pequenas, desde o nascimento (ARCE, 2002). O pensamento de olhar para as escolas como jardins refletia o desenvolvimento natural que deveria ser possibilitado por meio das autoatividades livres⁵, nas quais as jardineiras semeavam nas florzinhas o desejo de aprender.

Aos 7 annos a criança deve tomar os livros e caminhar para a escola, onde o mestre lhe vae iluminar a intelligência, desenvolvê-a, dar-lhe a beber idéas novas, burilar-lhe o pensamento, cultivar-lhe o entendimento. Mas aquilo que se chama o eu ah! Esse já vem do lar, já vem formado de casa (ROSA, 1909, p. 32).

Rosa (1909), enquanto difusora dessas propostas civilizatórias, defendia a formação do pequeno leitor e a importância dos livros escolares para a educação das crianças maranhenses que frequentavam as escolas de instrução primária na capital. Intelectuais maranhenses, como as professoras Laura Rosa e Rosa Castro, criaram uma rede de produção bibliográfica para a venda de um novo estilo de vida escolar para as crianças, o qual legitimava os discursos de uma nova criança, que deveria brincar, manipular, interagir e construir conhecimento. A imprensa periódica veiculava notícias sobre materiais publicados em revistas pedagógicas e instaurava um novo campo do fazer pedagógico que combatia o velho tradicionalismo.

Circulará brevemente a Revista Pedagógica Maranhense, que terá por fim a propaganda, no Estado, dos modernos métodos de ensino. A direção dessa revista, que incontestavelmente virá satisfazer a uma das mais palpitantes necessidades, está a cargo dos professores Joaquim de Oliveira Santos, Antonio Lopes da Cunha e Jerônimo José de Viveiros. O preço da assinatura anual será de 5\$000, para a capital e 6\$000 para o interior (PACOTILHA, 1908, p. 1).

A nova criança, que poderia brincar na escola, passava a ser pauta nas obras literárias, nos artigos de jornais e periódicos de grande circulação e nos livros escolares.

⁵ Nessas atividades, as crianças conseguiriam, sozinhas, descobrir os limites das suas atitudes e construiriam seus conhecimentos com liberdade e curiosidade.

Os livros escolares e obras literárias nas escolas maranhenses: rastros de ludicidade

As escolas republicanas passaram a receber materiais impressos que viabilizavam a educação moderna tão almejada pela unidade federada e que trazia os ares de um escolanovismo. Era uma necessária mudança cultural pela alfabetização já na infância e a preparação precoce de futuros trabalhadores para as fábricas que se instalavam no Maranhão. Os livros escolares e literários traziam os discursos do projeto nacionalista, que via na institucionalização das crianças o meio legitimador do ideário civilizatório, com propostas atraentes para a formação dos pequenos ludovicenses, de exaltação do corpo infantil e da brincadeira. “O novo cidadão não é mais invocado para officiar no augusto templo da Ciência. Basta-lhe agora o manejo cívico do alfabeto” (CARVALHO, 2003, p. 35).

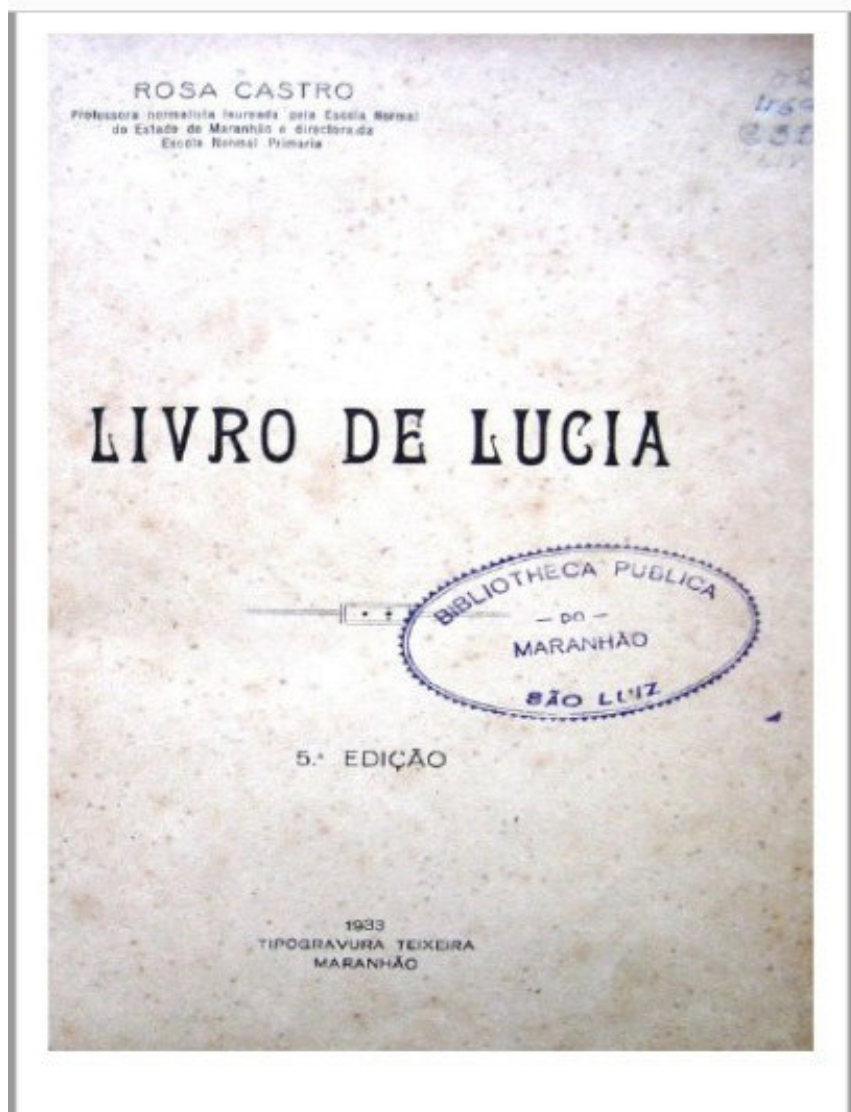
Nesta seção apresentar-se-ão dois livros produzidos por escritores maranhenses e que serviram de material didático para o ensino de crianças nas escolas primárias e jardins de infância. O primeiro livro, escrito pela professora Rosa Castro e apresentado como livro escolar em 1933, foi o *Livro de Lucia*, destinado aos professores do ensino primário. Rosa Castro, nascida na cidade de São Bento, interior do estado do Maranhão, lecionava Filosofia da Educação na Escola Normal do Estado, depois no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Foi também professora do Instituto Rosa Nina, escola particular em São Luís, e dava aulas particulares para meninas ricas. Como mulher professora, rompe a barreira do patriarcado e se consagra como uma estudiosa do universo das crianças, que registrava em sua atuação, como formadora de professores primários, a importância que dava ao ensino moderno.

Castro (1933), em sua apresentação no livro, destacava o interesse na organização de uma obra para as crianças maranhenses. “São em geral desconhecidas as nossas riquezas, os nossos productos naturaes, assim como quasi ninguém conhece os nossos grandes homens nem os feitos que os illustraram” (CASTRO, 1933, p. 13). O livro se caracterizava pela multidisciplinariedade e tentava abordar temas relevantes em cada uma das áreas do conhecimento. Ainda na apresentação, destaques realizados nos principais jornais de circulação da cidade exaltavam o trabalho da professora Rosa Castro em prol da infância e da instrução pública nesses primeiros anos republicanos.

Como se vê, não se poderia reunir melhor, num livro para crianças, tudo que as estas pode interessar e ser útil, e não resta duvida de que nesse ponto a obra da inteligente professora ha-de ter satisfactorio exito, tanto mais que ella vem preencher uma grande lacuna na nossa instrucção primaria, para a qual é tão difícil encontrar livros, cujo estylo seja leve e comprehensivo e que attraiam e eduquem, ao mesmo tempo a infancia (CASTRO, 1933, p. 16).

O *Livro de Lucia* conta a história de uma menina e suas lembranças no tempo de escola. Durante a narrativa dessas memórias, Castro (1933) abordava os conteúdos de ensino para crianças em idade escolar nos chamados estudos superiores, em que se agrupavam as que possuíam idade entre 10 e 13 anos. Com 42 capítulos em 148 páginas, o livro é composto por temas que se subdividem nas áreas de Ciências, Estudos Sociais, Recreação e Matemática, incluindo estudos sobre moralidade, civismo e religião, além de história do Maranhão.

Figura 2 - Capa do Livro de Lucia (1933)



Fonte: CASTRO (1933)

Nesta seção nos deteremos ao sétimo capítulo, intitulado *O Recreio*, que, logo na primeira página, atribui a hora do recreio na escola como premiação às crianças que terminassem as lições requeridas pelas professoras em sala de aula. A menina Lucia relata sua impressão vendo seus colegas de turma sendo liberados para o recreio: “hoje não ficou nenhum dos meninos detido na classe: todos souberam muito bem as lições e não tiveram mau comportamento até essa hora” (CASTRO, 1993, p. 34). A autora utilizava as histórias contadas pelas próprias crianças para que estas mudassem os comportamentos, na defesa de um espírito instruído e ereto, que só poderiam brincar se cumprissem seus deveres estudantis. Zilberman e Lajolo (1993) estudaram sobre a missão assumida pela literatura infantil nas escolas primárias brasileiras e que se manifestava por textos descritos por crianças, obras que exaltavam a postura patriótica que elas deveriam ter após a leitura.

A menina Lucia, em suas memórias, detalhava os brincades das crianças nessa hora tão esperada: “Formam-se grupos, filas e fileiras, e, enquanto estes conversam numa incessante animação e outros riem de historias engraçadas que lhes contam os companheiros, outros dão saltos e apostam umas carreiras” (CASTRO, 1933, p. 34). Encontram-se, nesses trechos, rastros das brincadeiras que as crianças inventavam quando se encontravam, relatados pela personagem e enfatizados por Castro (1933) como práticas necessárias na formação de uma criança ativa. A atenção, a disciplina e o interesse pelos estudos deveriam ser motivados e desenvolvidos a partir do movimento do corpo nos espaços escolares. Como princípio da modernidade, era preciso exaltar a criança como semente de uma nação regenerada, e nos momentos de recreação, de recreio, seriam desenvolvidos naturalmente o gosto pela instituição e sua imponência formativa (KUHLMANN JR., 2010).

Essa importância é especificada por meio dos relatos de Lucia, quando a personagem diz que “no fundo do salão, agrupam-se as meninas. Vem o Jardim da Infância, e, sob a direção das alunas mais adiantadas, entre as quais se acham Ruth e Amelia, começa a criança os seus interessantes brinquedos de roda” (CASTRO, 1933, p. 34). Nesse trecho das lembranças do recreio de Lucia são evidentes os dados sobre as brincadeiras entre crianças de idades diferentes e a valorização das cirandas, das brincadeiras de roda como favoritas entre as meninas. Essa divisão por gênero era característica da educação republicana, na qual se atribuíam comportamentos, espaços e atividades como adequados a meninos e meninas, e que contribuíam com a desigualdade entre mulheres e homens na sociedade. As pedagogias modernas mantinham essa divisão por gêneros e idades, dando continuidade às práticas educativas do império, em uma roupagem mais atraente.

Figura 3 - Imagem das meninas brincando de bambolê em uma escola de instrução primária



Fonte: CASTRO (1933)

Segundo Tavares (2018, p. 55), “estes intelectuais participaram de uma rede de relações compondo o cenário educacional maranhense, deixando suas marcas impressas no pioneirismo quanto à expansão do ensino público (...)”, motivados pelas novas pedagogias e visualizando uma ampliação de concepções acerca das crianças e da educação que deveria ser ofertada a elas. Isso destacava o papel dos jardins de infância nesse período de transição de regime, que designou às novas instituições de ensino o caráter renovador da educação para a infância.

O outro livro adquirido no ano de 1924, para os jardins de infância da capital do Maranhão, foi o intitulado *Vida Infantil*, do autor Eydher Pestana, jornalista do Diário de São Luís, periódico impresso de grande circulação na cidade. Pestana trabalhava com Nascimento de Moraes, redator-chefe do jornal que publicara, em 1923, alguns artigos sobre a Reforma da Instrução Pública, que incluía, naquele ano, os jardins de infância no sistema educacional como curso elementar ofertado às crianças de 5 a 6 anos de idade. Moraes acompanhou todo o processo de construção da Escola Modelo, na qual funcionaria o primeiro jardim de infância do Maranhão.

O livro de Eydher Pestana repercutia positivamente sobre o campo da literatura infantil em São Luís por apresentar os métodos modernos de ensino para crianças pequenas matriculadas nos cursos elementares. “Nosso colaborador Eydher Pestana, acaba de dar a última demão ao seu recente trabalho dedicado às escolas elementares. VIDA INFANTIL, baseado no programa oficial, dá aos exercícios de linguagem uma modalidade nova” (DIÁRIO DE SÃO LUÍS, 1924, p. 4).

Por não estar disponível no acervo digital do arquivo público do estado do Maranhão (APEM), não tivemos acesso à obra para análise mais próxima aos assuntos que eram apresentados às crianças nas escolas. Mesmo sem o conhecimento desse livro escolar, ficava evidente o impacto de sua importância para o ensino no jardim de infância, considerando que não havia materiais impressos para os cursos elementares. “Cada ponto ali requerido tem o seu necessário desenvolvimento atendido, porem que se dedica a jardins da infância. Para tornar mais suave a aprendizagem, cada assunto é tratado em versos simples [...]” (DIÁRIO DE SÃO LUÍS, 1924, p. 4). Na informação do jornal, exalta-se o trabalho desenvolvido pelo autor como uma obra exclusiva ao contexto das crianças pequenas.

Zilbermann e Lajolo (1993) apontam como esses livros enfatizavam a formação da infância ideal em meio a inofensivas histórias infantis, a absorção de novas formas de cuidar e educar as crianças brasileiras, que partem do desejo hegemônico das classes dominantes: formar o pequeno trabalhador. “Teatralizando os pontos, o autor teve em vista provocar, pela mímica, que a criança tenha mais nítida compreensão da matéria ensinada, e grave por isso, com mais precisão, correspondência figurada de cada termo [...]” (ZILBERMANN; LAJOLO, 1993, p. 67). Novas metodologias eram discutidas entre os estudiosos e gestores da instrução primária, fomentando os espaços nas escolas para que as crianças brincassem.

Assim, aprimoramos nosso olhar sobre os discursos presentes nos livros escolares, com destaque ao tempo da brincadeira registrado nessas obras literárias, que estão a serviço dos propósitos civilizatórios da recente nação republicana. O Maranhão, sempre repercutindo as tendências da capital federal e das grandes cidades brasileiras, construía seu destino perante a instrução das crianças, com ajuda dos intelectuais, dos jornais, dos periódicos e demais produções literárias.

Considerações finais

A investigação das brincadeiras por meio de produções literárias de intelectuais maranhenses proporcionou o reconhecimento de um cenário político e social que adaptava o estado aos anseios de um ideário inovador, que buscava incluir a escola como instituição prioritária. Educar era urgente para uma moderna pedagogia, que acenava para os materiais e recursos pedagógicos como auxiliares na concretização de uma formação ideal para as crianças pobres maranhenses.

A partir dos estudos das instituições que se elevavam no estado do Maranhão, na Primeira República, é possível compreender a formação de uma nação para o povo. Políticas públicas e iniciativas privadas acordavam as maneiras de conterem os desvios dos corpos que compunham aquela sociedade, ora vislumbrada pelas belezas naturais, ora atormentada pelas pessoas que viviam na cidade. Civilizar era preciso, na emergência da oferta de espaços educadores dos homens, desde a infância.

As crianças eram alvo do controle pela educação, que, metodologicamente, tentava reconstruir o sentimento civilizatório maranhense pela implementação de novas metodologias para atendimento das crianças nas escolas primárias e jardins de infância. Acreditava-se que, pela infância, seria possível formar uma nação ideal, livre dos excessos, condicionada aos ideais republicanos. Nesse processo, a produção bibliográfica era importante para garantir a homogeneidade na formação das crianças, livros que eram escritos por professores e escritores maranhenses, que, em uma linguagem leve e encantadora, atraíam os pequenos leitores à proposta civilizatória da Primeira República.

As brincadeiras passavam a ser consideradas nos registros literários, pois divulgavam a pedagogia moderna de Froebel e Pestalozzi e a formação de uma criança ativa. Discursos que por trás escondiam a trama da disciplinarização das crianças, marca da educação imperial e que estava presente nos livros escolares, tendo o tempo de brincar como premiação aos que terminassem suas lições. Além dessas questões, analisadas nas obras de Rosa Castro e Eydher Pestana, as evidências da separação por gênero nos espaços brincantes revelam que meninos e meninas sempre estiveram nos extremos dos encontros no recreio, visto como tempo regulado, controlado e designado pela escola, o que desloca dos anúncios de novos tempos e novas formas de olhar para as crianças.

As crianças eram alvo de uma nova economia do corpo, docilizadas e silenciadas pelas próprias carências a que estavam expostas e que as tornavam um acesso para a reforma de costumes das famílias, ao mesmo tempo em que justificavam a intervenção do Estado e da boa sociedade atuando por meio de um conjunto de instituições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A ESCOLA. Maranhão, n. 1. 9 out. 1909. [Acervo Físico]
- ARCE, A. **Friedrich Froebel: o pedagogo dos jardins-de-infância**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CARVALHO, M. M. C. de. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: Edusf, 2003.
- CASTRO, R. **O livro de Lucía**. 5. ed. Maranhão: Typografia Teixeira, 1933.
- DIÁRIO DE SÃO LUÍS. Maranhão, n. 2. 30 jun. 1924. [Acervo Físico]
- GODOIS, B. de. **O mestre e a escola**. Maranhão: Imprensa oficial, 1910.
- KUHLMANN JR., M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- MARANHÃO. Lei nº 119 de 2 de maio de 1895. Reorganiza a Instrução Pública do Estado. **Coleção das Leis do Estado do Maranhão**, Maranhão, 1896.
- MOTTA, D. G. Mulheres professoras maranhenses: memória de um silêncio. **Educação & Linguagem**. São Paulo, ano 11, n. 18, p. 123-135, jul./dez. 2008.
- PACOTILHA. Maranhão, n. 143. 21 jan. 1908. [Acervo Físico]
- RIZZINI, I. **História da assistência no Brasil: uma análise de sua construção**. Rio de Janeiro: Editora Universidade Santa Úrsula, 1993.
- ROSA, L. **As crianças: conferência realizada no salão da Biblioteca Pública, a 4 de dezembro de 1909**. São Luís: Imprensa Oficial do Maranhão, 1909.
- SANTOS, M. A. C. dos. Criança e criminalidade no início do século XX. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 117-128.
- SILVA, D. R. da. **As casas de ensino no Maranhão: um estudo de sua representação no período republicano (1903-1912)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2017.
- SOUZA, R. F. de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Unesp, 1998.
- TAVARES, R. S. **Escola e infância: processo de institucionalização dos jardins-de-infância na capital do Maranhão no período de 1870 até a década de 1930**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.
- ZILBERMAN, R.; LAJOLO, M. **Um Brasil para crianças: para conhecer a literatura infantil brasileira: histórias autores e textos**. São Paulo: Global, 1993.

RESUMO A investigação de cultura lúdica em produções literárias de intelectuais do período republicano brasileiro no Maranhão proposta neste artigo considerou levantar dados históricos sobre as brincadeiras que se manifestavam e como a instrução pública foi importante para a sistematização de uma pedagogia moderna. Objetivou-se analisar os registros literários de Rosa Castro (1933) e Eydher Pestana (1924) enquanto intelectuais propagadores do ideário moderno para a educação das crianças, tendo sido identificados os indícios de uma prática brincante no interior das escolas e dos jardins de infância. O método histórico utilizado foi o de análise documental de fontes literárias. Os estudos de Carvalho (2003) e Silva (2017) contribuíram com as análises sobre a escola republicana, o brincar na história da educação e o estado do Maranhão na transição do modelo educacional. Com os resultados, pretende-se contribuir com as pesquisas sobre história das crianças maranhenses e de suas brincadeiras enquanto um campo em processo de constituição.

Palavras-chave: brincadeiras, literatura, escola, República, Maranhão.

“Recuerdos de Lucia”:

jugando en los libros escolares en la Primera República de Maranhão

RESUMEN La investigación de la cultura lúdica en las producciones literarias de intelectuales de la época republicana brasileña en Maranhão propuesta en este artículo consideró recabar datos históricos sobre los juegos que se manifestaron y cómo la instrucción pública fue importante para la sistematización de una pedagogía moderna. El objetivo es analizar los registros literarios de Rosa Castro (1933) y Eydher Pestana (1924), como propagadores intelectuales de ideas modernas para la educación infantil, donde se identificaron signos de una práctica lúdica dentro de escuelas y jardines de infancia. El método histórico utilizado fue el análisis documental de fuentes literarias. Los estudios de Carvalho (2003) y Silva (2017) contribuyeron al análisis de la escuela republicana, jugando en la historia de la educación y Maranhão en la transición del modelo educativo. Con los resultados se pretende contribuir a la investigación sobre la historia de los niños maranhenses y sus juegos, como un campo en proceso de constitución.

Palabras clave: chistes, literatura, colegio, República, Maranhão.

“Lucia's memories”:

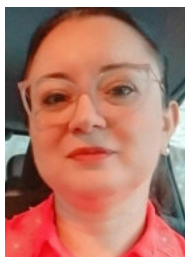
playing in Maranhão's school books in the First Republic

ABSTRACT The investigation of playful culture in literary productions by intellectuals from the Brazilian republican period in Maranhão proposed in this article considered raising historical data about the games that were manifested and how public instruction was important for the systematization of a modern pedagogy. The objective is to analyze the literary records of Rosa Castro (1933) and Eydher Pestana (1924), as intellectual propagators of modern ideas for children's education, where signs of a playful practice inside schools and kindergartens were identified. The historical method used was the documentary analysis of literary sources. The studies by Carvalho (2003) and Silva (2017) contributed to the analysis of the republican school, playing in the history of education and Maranhão in the transition of the educational model. The results are intended to contribute to research on the history of maranhense children and their games, as a field in the process of being constituted.

Keywords: jokes, literature, school, Republic, Maranhão.

DATA DE RECEBIMENTO: 14/09/2021

DATA DE APROVAÇÃO: 21/01/2022



Rosyane de Moraes Martins Dutra

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Brasil. Professora do Departamento de Educação I/Curso de Pedagogia – Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Brasil. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Infância e Brincadeiras (GEPiB/UFMA), Brasil.

E-mail: rosyane.dutra@ufma.br